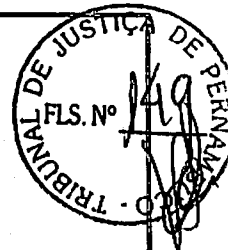




**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**



Recurso em Sentido Estrito nº: 0087615-3

242

Comarca Origem: Chã Grande - Vara Única

Recorrente: Ministério Público do Estado de  
Pernambuco

Recorrido: Geraldo Francisco da Silva

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador de Justiça: Ângela Simões de Farias

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

**PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA ESTATAL. RECURSO PROVIDO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE *EX OFFICIO*. DECISÃO UNÂNIME.**

1. A Promotora de Justiça foi intimada da sentença no dia 15 de setembro de 1999 (fls. 94). O prazo para a interposição do recurso de apelação terminaria no dia 20.09.1999 (segunda-feira), data, portanto, do trânsito em julgado da sentença para a acusação, já que não houve apelo interposto pelo Ministério Público. A partir daí é que deve ser contado o prazo de 8 anos. Assim, tem-se que a prescrição da pretensão executória estatal ocorreu no dia 20.09.2007, visto que até a presente data o réu não iniciou a execução da pena.
2. É bem verdade que não ocorreu no caso sob análise a prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal, conforme reconhecido na sentença hostilizada. Segundo consta na denúncia, os fatos ocorreram no dia 08 de junho de 1991. A denúncia foi recebida no dia 16/01/1992. A partir de então, teria recomçado a transcorrer o prazo prescricional, nos termos do art. 117, §2º do Código Penal. A sentença penal condenatória, que também interrompe o prazo prescricional, foi prolatada no dia 31.08.1999. Assim, tem-se que assiste razão ao órgão ministerial, visto que entre o recebimento da denúncia e a sentença não transcorreu lapso temporal superior a 8 (oito) anos, pelo que não há como ser decretada a prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal à hipótese dos autos.
3. Porém, ocorreu a prescrição da pretensão executória estatal, que deve ser decretada *ex officio* por este Tribunal.

*M*



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**



243

4. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso, para fins de anular a sentença que decretou a prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal, decretando-se, porém, *ex officio*, a prescrição da pretensão executória estatal em relação ao réu Geraldo Francisco da Silva.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso em sentido estrito nº 87615-3, em que figuram, como recorrente, o Ministério Público estadual e, como recorrido, Geraldo Francisco da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **dar provimento ao recurso**, para fins de anular a sentença que decretou a prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal, decretando-se, porém, *ex officio*, a prescrição da pretensão executória estatal em relação ao réu Geraldo Francisco da Silva, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 22 de 12 de 2009

Des. **Mauro Alencar de Barros**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros*



Recurso em Sentido Estrito nº: 0087615-3

244

Comarca Origem: Chã Grande - Vara Única

Recorrente: Ministério Público do Estado de  
Pernambuco

Recorrido: Geraldo Francisco da Silva

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador de Justiça: Ângela Simões de Farias

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

### RELATÓRIO

Cuida-se de recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público estadual contra a sentença proferida pelo juízo da Vara Única da Comarca de Chã Grande que extinguiu a punibilidade do réu pela prescrição, entendendo que transcorreu lapso temporal superior a 8 anos entre a data do fato e a data da sentença condenatória.

Sustenta o recorrente que não ocorreu a prescrição, visto que o magistrado não considerou a data do recebimento da denúncia, que interrompe a prescrição.

Contra-razões às fls. 134/135, opinando pela manutenção da sentença.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



245

Através da decisão de fls. 119, o MM Juiz *a quo* manteve a sentença de fls. 119.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 126/127, opinando pelo provimento do recurso.

É importante consignar que o presente feito iniciou-se em 1992, como o oferecimento da denúncia.

A sentença foi prolatada em agosto de 1999.

Em fevereiro de 2002, o Ministério Público apresentou o presente recurso em sentido estrito.

Em outubro de 2002, o então Des. Nildo Nery despachou o feito, determinando o retorno dos autos à origem, para que fosse o réu intimado para que constituísse novo advogado.

No mesmo mês, o processo foi despachado pelo MM Juiz *a quo*, o qual determinou o cumprimento do despacho do Des. Nildo Nery.

O feito permaneceu paralisado até agosto do ano em curso, quando foi providenciada a intimação do réu, o qual se quedou inerte.

A magistrada, então, nomeou defensora pública para que apresentasse as contrarrazões do réu, o que foi feito em novembro do ano em curso.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros*



246

O feito foi a mim redistribuído, como sucessor do Des. Nildo Nery, no dia 09 de dezembro, vindo-me os autos conclusos no último dia 16.

É o relatório.

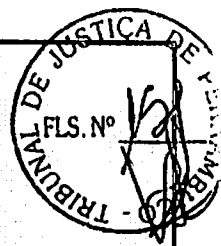
Inclua-se em pauta.

Recife, 18 de dezembro de 2009

**Des. Mauro Alencar de Barros**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros.



247

Recurso em Sentido Estrito nº: 0087615-3  
Comarca Origem: Chã Grande - Vara Única  
Recorrente: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Recorrido: Geraldo Francisco da Silva  
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros  
Procurador de Justiça: Ângela Simões de Farias  
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

#### VOTO DO RELATOR

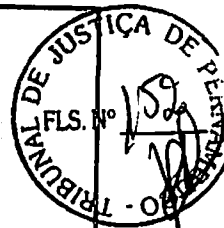
O art. 109 do Código Penal estabelece os prazos prescricionais da pretensão punitiva estatal que devem ser observados antes do trânsito em julgado da sentença e que se regulam pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.

Com a prolação da sentença penal condenatória e após o trânsito em julgado, hipótese do caso sob comento, a prescrição regula-se pela pena aplicada, nos termos do art. 110 do CP. Aqui, estamos tratando da prescrição da pretensão executória.

O apelante foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 129, §1º, inciso I do CP à pena de 03 anos de reclusão.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



248

Nos termos do inciso IV do art. 109, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro, a prescrição ocorre em 8 anos, contados do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para a acusação, conforme dispõe o art. 112 do Código Penal.

*In casu*, verifica-se a que a Promotora de Justiça foi intimada da sentença no dia 15 de setembro de 1999 (fls. 94). O prazo para a interposição do recurso de apelação terminaria no dia 20.09.1999 (segunda-feira), data, portanto, do trânsito em julgado da sentença para a acusação, já que não houve apelo interposto pelo Ministério Público. A partir daí é que deve ser contado o prazo de 8 anos.

Assim, tem-se que a prescrição da pretensão executória estatal ocorreu no dia 20.09.2007, visto que até a presente data o réu não iniciou a execução da pena.

É bem verdade que não ocorreu no caso sob análise a prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal, conforme reconhecido na sentença hostilizada.

Isto porque o art. 117 do CP traz em seu bojo as causas interruptivas da prescrição, quais sejam: o recebimento da denúncia ou queixa; a pronúncia; a decisão confirmatória da pronúncia; a

*Handwritten signatures and initials*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



sentença condenatória recorrível; o início ou continuação do cumprimento da pena; e a reincidência.

Segundo consta na denúncia, os fatos ocorreram no dia 08 de junho de 1991.

A denúncia foi recebida no dia 16/01/1992. A partir de então, teria recomeçado a transcorrer o prazo prescricional, nos termos do art. 117, §2º do Código Penal.

A sentença penal condenatória, que também interrompe o prazo prescricional, foi prolatada no dia 31.08.1999.

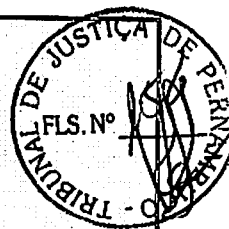
Assim, tem-se que assiste razão ao órgão ministerial, visto que entre o recebimento da denúncia e a sentença não transcorreu lapso temporal superior a 8 (oito) anos, pelo que não há como ser decretada a prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal à hipótese dos autos.

Porém, como dito alhures, ocorreu a prescrição da pretensão executória estatal, que deve ser decretada *ex officio* por este Tribunal.

Diante do exposto, voto no sentido de dar provimento ao recurso, para fins de anular a sentença que decretou a prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal, decretando-se, porém, *ex*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



250

*officio*, a prescrição da pretensão executória estatal em relação ao réu Geraldo Francisco da Silva.

Recife, 22 de 12 de 20

Des. Mauro Alencar de Barros  
Relator